

III - INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**1 - FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

A ficha técnica do Parque Estadual do Monge pode ser visualizada no quadro III.01.

Quadro III.01 - Ficha Técnica da Unidade de Conservação

NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	PARQUE ESTADUAL DO MONGE
Unidade Gestora	Instituto Ambiental do Paraná - IAP
Endereço da Sede	3 km da Sede do Município da Lapa
Superfície (ha)	297,83
Perímetro (m)	14.348,80
Município	Lapa
Estado	Paraná
Coordenadas geográficas do Centro da UC	Longitude W: 49°41'; Latitude S: 25°47'
Lei ou Decreto de Criação	Lei nº 4.170 de 22 de fevereiro de 1960
Alterações Posteriores	Decreto nº 33.427 de 21 de novembro de 1960 Decreto nº 8.575 de 22 de junho de 1962 Decreto nº 14.397 de 9 de março de 1964 Lei nº 6.937 de 14 de outubro de 1977 Decreto nº 6.351 de 23 de fevereiro de 1979
Limites	Norte: Propriedades particulares e da prefeitura Sul: Propriedades particulares Oeste: Propriedades particulares Leste: Propriedades particulares
Bioma e ecossistemas	Região dos Campos Limpos com Capões e Florestas Ciliares - Campos da Lapa
Atividades Desenvolvidas	Pesquisa, Vigilância e Turismo Religioso
Atividades Conflitantes	Pedreira desativada no interior do Parque; Fracionamento da posse e administração da área do Parque entre o IAP e a Prefeitura da Lapa; Existência de estradas de acesso às áreas particulares cortando o Parque; Plantios florestais de exóticas; Restaurante e bar; Loteamento, Presença de terceiros na entrada do Parque.
Atividades de Uso Público	Visitação à Gruta do Monge

2 - LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

O Parque Estadual do Monge está localizado no município da Lapa, Estado do Paraná e tem como centro as coordenadas geográficas 49° 41' de Longitude Oeste e 25° 46' de Latitude Sul, a uma distância de aproximadamente 3 km da sede do município (figura III.01).

O acesso a partir de outras cidades deve ser efetuado até a cidade da Lapa, como indicado na figura III.02 e posteriormente até a sede do Parque. A distância entre os principais centros urbanos e o parque é apresentado no quadro III.02.

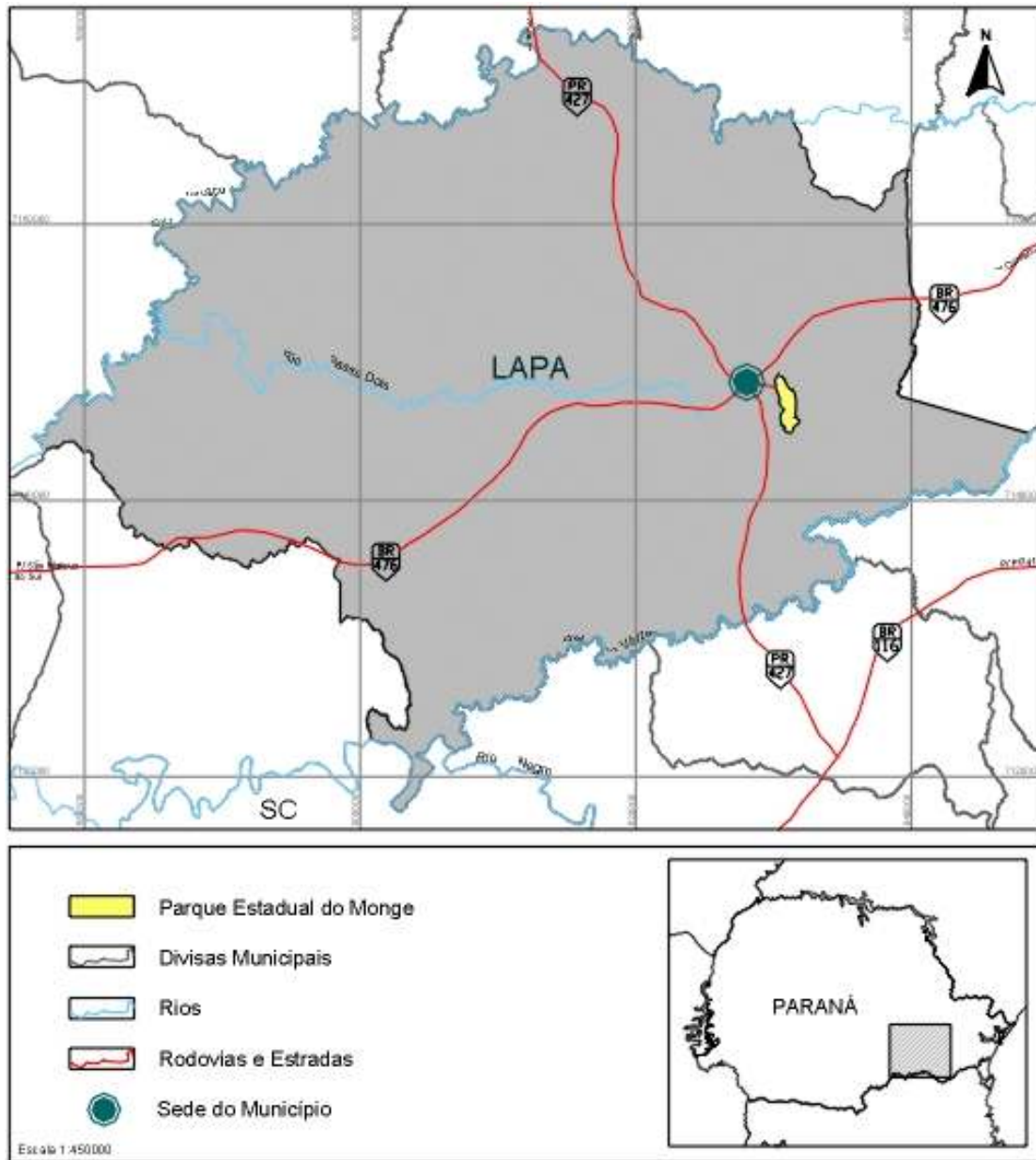


Figura III.01 - Localização do Parque Estadual do Monge

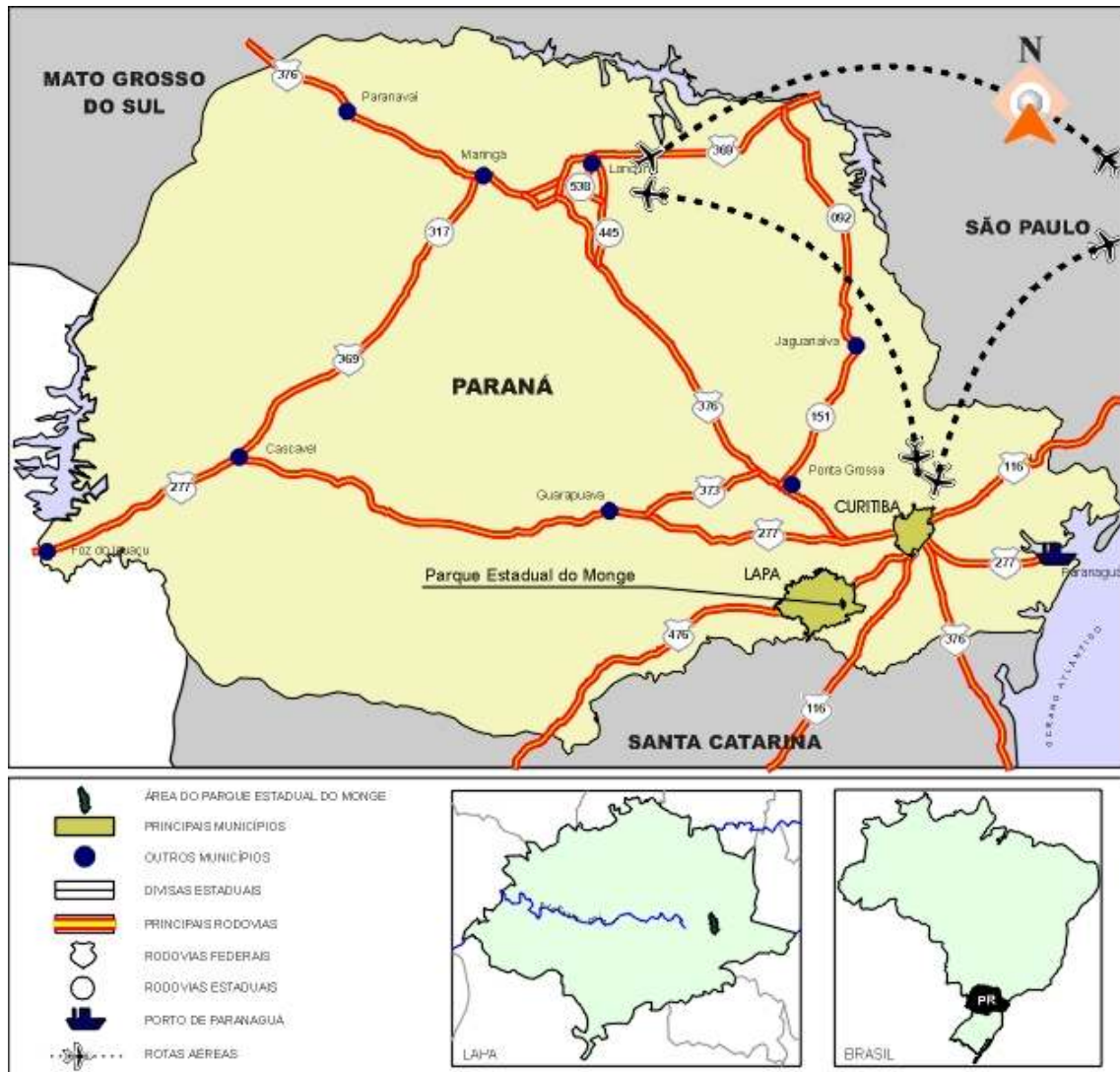


Figura III.02 - Acessos ao Parque Estadual do Monge por Via Rodoviária e Aérea

Quadro III.02 - Distâncias entre os Principais Centros Urbanos e o Parque

CIDADES	DISTÂNCIAS (km)	ACESSOS
Brasília	1.503,96	BR-060/BR-153/PR-090/PR-151/BR-277/PR-427
Cascavel	470,70	BR-277/PR-427
Curitiba	62,80	BR-116/BR-476
Foz do Iguaçu	615,50	BR-277/PR-427
Guarapuava	225,80	BR-277/PR-427
Irati	123,50	BR-277/PR-427
Jaguariaíva	213,01	PR-151/BR-277/PR-427
Londrina	371,92	PR-445/BR-376/PR-151/BR-277/PR-427
Maringá	397,10	BR-376/PR-151/BR-277/PR-427
Paranaguá	146,70	BR-277/BR-376/BR-476
Ponta Grossa	104,80	BR-376/PR-151/BR-277/PR-427
Rio de Janeiro	923,80	BR-116/BR-476
São José dos Pinhais	69,70	BR-376/BR-476
São Paulo	470,80	BR-116/BR-476

Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - site: www.pr.gov.br/setr/cdrom/mapas
 Editora Abril. Guia 4 Rodas - Atlas Rodoviário 2002.

Por via aérea o acesso deve ser feito até Curitiba, e por via terrestre até a cidade da Lapa. Curitiba possui vôos regulares para São Paulo e Brasília, onde é possível fazer conexão com todas as cidades atendidas pelo transporte aéreo no Brasil e também fazer conexão para vôos internacionais.

3 - MAPEAMENTO

O Parque Estadual do Monge foi oficialmente criado pela Lei nº 4.170, de 22 de fevereiro de 1960, sem área definida. A discrepância na documentação, levou a uma nova medição topográfica, onde foi ratificada a área do Parque para 297,83 ha, desconsiderando as áreas não desapropriadas. Para fins de Plano de Manejo, foi considerada, além da área de 297,83 ha, áreas que estão em domínio de terceiros, os quais deverão ser incorporadas ao Parque através da regularização fundiária, totalizando 305,87 ha. No Anexo 1 apresenta-se o mapa planialtimétrico do Parque Estadual do Monge.

4 - HISTÓRICO E ANTECEDENTES LEGAIS

O Parque Estadual do Monge está localizado no município da Lapa, a aproximadamente 3 km da sede, na transição do Primeiro para o Segundo Planalto paranaense, coordenadas geográficas 49°41' de Longitude Oeste e 25°47' de Latitude Sul, limitado, de acordo com o antigo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, ao norte com as terras de Francisco Braga, terras da Prefeitura Municipal da Lapa, Francisco Caneppele, Silvio Scardanzan e João Gaúcho, a leste com as terras de Francisco Vidal, Arthur Vidal, Manoel Ton, Vitorio Augusto Zappa, Rodolfo Franck, Natal Ton, Pedro Mendes, Ambrósio Hoffman, Alfredo Hoffman e

Sezefredo Marback, ao sul com as terras de Luiz Antonio Luiz Piovezan e Ary Martiniano Campanholo e a oeste com as terras de Irmãos Colle, Aurélio Bortoletto, Leonildo Valeschi, João Valescki, Vicente Binhara, João Hoffman, Francisco Bonkoski, Fernando Alberto Weinhardt, Augusto Ganzet, Maria da Luz S. Siqueira, Artur Maria Ganzet e Jorge Sera.

Segundo WACHOWICZ (1988), desde os meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul eram percorridos por indivíduos conhecidos pelos sertanejos como “monges”. “Cultivavam barba longa, sandálias em couro cru, barrete (gorro, pequeno chapéu) de pele de onça, bordão (cajado) na mão e um terço pendurado no pescoço, vivendo normalmente entre áreas de floresta e grutas”. A presença de tais personagens enigmáticos acabaria impressionando a mente dos sertanejos.

Entre os “monges”, três tiveram uma passagem mais significativa pela região da Lapa e de outras terras do Paraná e de Santa Catarina. O primeiro, João Maria d’Agostini, imigrante italiano que viera ao Brasil em 1844, teria sido realmente um frei da ordem de Santo Agostinho, pois houvera pregado na Matriz da Lapa em 1845. Em sua prática apostólica, costumava percorrer os estados do sul, a fim de despertar nos homens a prática do bem, orientando e receitando ervas medicinais às pessoas que o procuravam, deixando cruzeiros nos caminhos por onde passava. Pela sua prática, os caboclos atribuíam-lhe curas milagrosas, denominando-o de “São João Maria”. Sua morte esteve envolvida em mistérios e nunca se soube como ou onde havia morrido.

Após o seu desaparecimento, ficou a expectativa de seus devotos de que um dia o “monge” voltaria à região, surgindo então, o segundo “monge” personificado em Anastás Marcaf, que havia chegado à Lapa em 1894 com as tropas de Gumercindo Saraiva, durante a Revolução Federalista. Como havia conhecido pessoalmente João Maria d’Agostini, acabou agregando o modo de vida do antigo “monge”, intitulando-se “João Maria de Jesus”. Como um homem pacífico, não interferia nas práticas religiosas da região, adotando uma orientação religiosa pessoal. Dos três “monges” que passaram pela Lapa, foi o que conseguiu deixar maior influência na população sertaneja. Morreu em Santa Catarina em 1906.

Já o terceiro “monge”, Miguel Lucena de Boaventura, apareceu num momento de tensão política e social provocado pelo Contestado¹, envolvendo os governos do Paraná e de Santa Catarina e que atemorizava a população sertaneja. Através de seu carisma, acabaria atraindo simpatizantes, descontentes com o regime governamental da época, injustiçados, perseguidos, desajustados, desempregados, foragidos da lei, dando-lhes instrução militar, armando-os com espadas, facões, pica-paus e garruchas. Seus seguidores eram conhecidos como “pelados” e seus adversários como “peludos”.

¹ Movimento de caráter messiânico surgido na zona disputada pelo Paraná e Santa Catarina (Contestado) entre 1912 e 1916, envolvendo cerca de 50.000 camponeses. A região estava relegada ao abandono e à miséria, mas era rica em recursos florestais e erva-mate. Além disso, conheceu a violência das lutas na revolução federalista, as disputas entre coronéis, e foi assolada pelo banditismo. A população pobre incluía os trabalhadores das fazendas, os desempregados das obras da estrada de ferro, os posseiros expulsos de suas glebas por fazendeiros.

Como “monge” guerreiro, surgiu inicialmente em Palmas, reaparecendo nos sertões de Campos Novos, auto-denominando-se de José Maria de Agostinho, irmão do falecido João Maria d’Agostini (primeiro monge). Utilizando-se de técnicas de persuasão empregadas pelo primeiro “monge”, como chefe e guia, realizava rezas e “milagres”, no entendimento dos caboclos da região. Estabeleceu áreas de resistência, conhecidas como “quadros santos”, compondo igualmente uma guarda pessoal integrada por 24 sertanejos, denominada de “os doze pares de França”.

O número de adeptos cresceu rapidamente e, apesar dos ideais de “resistir e não atacar”, acabaria se envolvendo em atritos com autoridades catarinenses e paranaenses. Instalado-se com seus “fanáticos” no Paraná, nos Campos do Irani, atual território catarinense, seria atacado pelo Coronel João Gualberto, em combate em que ambos acabariam sucumbindo em 1912. A memória do “monge”, aliada ao misticismo e fanatismo, seria ainda invocada pelos remanescentes “fanáticos” em vários conflitos bélicos até que o último reduto de resistência cabocla fosse vencido. Como saldo, a morte de milhares de pessoas, entre oficiais, soldados e sertanejos, talvez fosse evitada se o governo da época tivesse ouvido as vozes daqueles que clamavam por terra e assistência social - ideais desvinculados do fanatismo religioso, que conduz outras milhares de vidas à extinção.

4.1- A LIGAÇÃO AFETIVA DA POPULAÇÃO COM A “GRUTA E SERRA DO MONGE”

Muito antes da formação oficial do Parque Estadual do Monge, a população Lapeana já havia estabelecido vínculos histórico-culturais, religiosos e afetivos com a Serra do Monge. Segundo relatos de moradores do entorno do Parque, “lá a população se encontrava muitas vezes para admirar a paisagem da região, enxergava-se longe; época em que não havia pinus e sim, os campos, as pedras, pequenos bosques, as piscinas, as trilhas - época em que o lazer do povo era visitar a gruta ou assistir as corridas de cavalos, encontrar as pessoas - havia muita água, nascentes, e que foram desaparecendo em função do aparecimento do pinus”. Quanto às atividades comerciais no parque “o comércio existia há mais de 60 anos e dele a população fazia o seu lazer de final de semana - a pedreira lá estava igualmente, há muito tempo - o Monge sempre foi uma área de visitação e o comércio existia para atender o visitante, o romeiro”.

Além da presença do comércio local, como referência da população Lapeana e dos romeiros da “Gruta do Monge” e das pedreiras estabelecidas na Serra do Monge, havia igualmente, a partir da década de 1960, o interesse na exploração de espécies florestais nativas e exóticas, a exemplo do *Pinus* e *Eucalyptus* e até de oliveiras nas encostas e entorno, sob a responsabilidade do antigo Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. - INCO, posteriormente englobado pelo Banco BRADESCO e que possuía uma área de 50,82 ha desapropriada pelo Estado, ou ainda, através do reflorestamento de áreas do Parque com espécies exóticas através da atuação da Secretaria do Estado da Agricultura (Instituto de Terras e Cartografia) e IAPAR. No Parque Estadual do Monge, havia igualmente o Centro de Produção e Experimentação do Monge, de responsabilidade do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, compreendendo duas áreas, com 17.850 m² e 10.300 m², respectivamente, destinadas à produção de mudas de espécies florestais nativas e exóticas.

Iniciava-se então, já a partir de 1965, portanto 5 anos após a criação oficial do Parque Estadual do Monge, o plantio de espécies exóticas em áreas do Parque, com uma área inicial de 13,49 ha, estendendo-se até 1973, política que vinha de encontro com as diretrizes do governo da época, voltadas ao incentivo para o plantio de espécies exóticas a fim de abastecer a indústria madeireira, peleira e moveleira em desenvolvimento no Estado.

Independente das prerrogativas ambientais, que na época, não sensibilizavam o governo, foram estabelecidas áreas de interesse econômico para exploração florestal no parque, na contramão das políticas públicas atuais para a preservação ambiental e de remanescentes florestais primários. Desta forma, previa-se desbastes da área reflorestada em 1980/1981, com dois desbastes sistemáticos e seletivos. Previa-se igualmente o aproveitamento comercial da matéria prima florestal, que seria utilizada pela empresa Florestal Iguaçu S. A. para “fins industriais (lápiz)”.

Desta forma, a partir de 1965 seriam plantadas na área do parque espécies de *Pinus elliottii* e *Pinus taeda*, de acordo com o cronograma a seguir: 1965 (14,49 ha); 1967 (7,80 ha); 1969 (15,60 ha); 1971 (10,50 ha); 1973 (25,00 ha), com um total de 73,39 ha e 123.809 árvores. Em 1990, de acordo com o inventário florestal para fins de desbaste, elaborado pelo ITCF, havia um total de 82,00 ha de áreas reflorestadas com *Pinus* spp. Em informes do ITCF, datado de 18 de fevereiro de 1991, descrevia-se a sistemática para proceder ao desbaste da área reflorestada, abrangendo um total de 44% das árvores bifurcadas, mortas, tortas e de diâmetro mais fino do povoamento.

5 - ORIGEM DO NOME

O Parque Estadual do Monge recebeu este nome por possuir uma gruta que teria sido abrigo de um monge ermitão, entre 1847 e 1855. O monge chamado João Maria D'Agostini se dedicou ao estudo de plantas da região, fazendo orações públicas e medicando enfermos, tornam-se assim, um líder religioso.

O monge João Maria possuía olhar manso, estatura baixa, rosto magro cabelos longos, barba grisalha e vestia hábito franciscano. Desde sua mudança para o meio do mato, onde morava em uma gruta debaixo das pedras, habitantes de todos os arredores começaram a acreditar que ele era milagroso e as promessas aumentaram. Em 1855, com medo do poder que o monge estava ganhando, os políticos pediram que ele se retirasse da cidade.

Hoje as principais atrações do Parque são a Gruta do Monge e uma fonte que, acredita-se, ser milagrosa, os quais atraem um grande número de fiéis e visitantes movidos pelo poder da fé. Os romeiros deixam diversos objetos, acendem velas e colocam flores em sinal de agradecimento pela graça atingida.

6 - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

De acordo com documentos e relatórios elaborados pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP/DIBAP, o Parque Turístico do Monge foi criado inicialmente através da Lei nº 4.170 de

22 de fevereiro de 1960, objetivando sua preservação e ordenamento do uso, sem no entanto haver área definida. Através do Decreto nº 33.427 de 21 de novembro de 1960, ficaria subordinado à Divisão Florestal do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura, alterando a sua denominação para “Parque Estadual do Monge”, ocasião em que seria autorizada a compra ou desapropriação de áreas para a instalação oficial do Parque em conjunto com a Prefeitura da Lapa.

Em 22 de junho de 1962 (DOE), através do Decreto nº 8.575, foi declarado de utilidade pública, com fins de desapropriação, com uma área de 23 alqueires e respectivas benfeitorias (55,66 ha) para instalação do Parque Estadual do Monge. Posteriormente em 1964, através do Decreto nº 14.397 de 09 de março, igualmente de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de 3.716.084,30 m² (371,60 ha) foi destinada para instalação do Parque Turístico do Monge.

Em 09 de dezembro de 1976, a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, de domínio útil, e a Prefeitura Municipal da Lapa, de domínio direto, adquiriram uma área de 12.950,00 m² conforme matrículas nº 1.035 e 1.036 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa na área do Parque. Em 18 de janeiro de 1977, a Lanchonete Ermitão “Do Domínio Útil” e a Prefeitura Municipal da Lapa “Do Domínio Direto” adquiriram uma área de 1.600,00 m², conforme matrícula de nº 1.187 do Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, onde ficaram estabelecidas as condições do contrato, quais sejam: *“o senhorio direto do imóvel, concedeu a mencionada área para nela a concessionária edificar uma lanchonete, com o fim específico do desenvolvimento do Turismo na Lapa, ficando vedado o uso do terreno para outro qualquer fim, sob pena de reversão ao Patrimônio Público Municipal, sendo que toda e qualquer ampliação ou novas construções na referida área, dependerá de prévia autorização da Prefeitura Municipal, através do Órgão competente e, ainda, da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR...a venda a terceiros, sempre dependerá de autorização da Prefeitura, em qualquer época...na forma de requerimento da concessionária de domínio útil...averba-se que a empresa Lanchonete Ermitão Ltda edificou”. no”. terreno objeto da concessão que lhe foi feita, uma Lanchonete, com a área de 49 m² (tudo em alvenaria e para fins comerciais”.*

Pela Lei nº 6.937 de 14 de outubro de 1977, foram transferidos à Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR três imóveis de propriedade do Governo do Estado do Paraná, localizados no Parque Estadual do Monge, com áreas de 10.278,00 m² constante na escritura lavrada no livro 81-n, fls. 84V do 10º Tabelionato de Curitiba; 16.760,00 m² constante da escritura lavrada no livro 242-N fls. 64V do 7º Tabelião de Curitiba e 7.666,00 m² constante da transcrição nº 23.178 do livro 3-a, fls. 15 do registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Através da Lei nº 7.044 de 21 de novembro de 1978, foram transferidos à TELEPAR os lotes nº 31 e 32 de propriedade do Estado, com área correspondente a 1.200 m² situada no loteamento Planta Vila Gruta do Monge, transcritos sob os números 30.673, livro 3 AF da Lapa com os limites e confrontações que descreve.

Pelo Decreto nº 6.351 de 01 de março de 1979, foi transferido parte do imóvel Monge ou Alto e Baixo da Lapa (Parque Estadual do Monge), com área aproximada de 258,02 ha, ao

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná - ITC. Em 1981, de acordo com medições do ITC-PR, a área total do Parque englobava 356,9492 ha, sendo 362,1760 ha de área bruta; 4,8612 ha de área da PARANATUR e 0,3656 ha de área da TELEPAR.

De acordo com o memorando nº 200/81 emitido pelo Instituto de Terras e Cartografia em 14 de junho de 1984, foi transferida uma área de 258,02 ha ao patrimônio do ITC através do Decreto nº 6.351, de 23 de fevereiro de 1979.

Destacava-se ainda a existência de uma pedreira em terras adquiridas pelo Estado do Paraná, de Antônio Ton Filho, objeto da transcrição nº 27.870 com 5.910,00 m² e que não havia sido objeto de desapropriação. Descreve que, com a mesma transcrição (nº 27.870) o Estado do Paraná adquiriria uma área com 93.349,00 m² de posse que era exercida por Antônio Ton Filho, porém ainda não demarcada para regularização.

De acordo com o antigo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, o Parque Estadual do Monge está limitado ao norte com as terras de Francisco Braga, terras da Prefeitura Municipal da Lapa, Francisco Caneppele, Silvio Scardanzan e João Gaúcho. A leste, estaria limitado com as terras de Francisco Vidal, Arthur Vidal, Manoel Ton, Vitório Augusto Zappa, Rodolfo Franck, Natal Ton, Pedro Mendes, Ambrósio Hoffman, Alfredo Hoffman e Sezefredo Marback. Ao sul, com as terras de Luiz Antonio Luiz Piovezan e Ary Martiniano Campanholo e, a oeste, por fim, com as terras de Irmãos Colle, Aurélio Bortoletto, Leonildo Valeschi, João Valescki, Vicente Binhara, João Hoffman, Francisco Bonkoski, Fernando Alberto Weinhardt, Augusto Ganzet, Maria da Luz S. Siqueira, Artur Maria Ganzet e Jorge Sera.

Em documento datado de 05 de julho de 1984, o antigo ITCF/DENRE, apresentava proposta para regularização e expansão do Parque Estadual do Monge, informando que, na época, o ITCF já ocupava e administrava uma área de 294,34 hectares, correspondendo a 82% da área total, estando o restante em poder de particulares (áreas não desapropriadas), da PARANATUR (4,84 ha), Prefeitura Municipal da Lapa e TELEPAR, além das pedreiras da família Ton (abandonadas). Na época fora constatada a presença de áreas de reflorestamento de *Pinus*, florestas nativas exploradas e capoeiras em regeneração, além de alguns afloramentos do arenito Furnas. Com relação a benfeitorias, existiam 2 (duas) casas de guarda-parque, um posto da polícia florestal, piscinas e, na área da PARANATUR, um restaurante e uma lanchonete, além de uma cancha de esportes.

No documento em questão, destacava-se a necessidade de regularização das áreas de particulares correspondentes à entrada do Parque, contendo novas áreas, incluindo áreas de propriedade da Prefeitura Municipal da Lapa e da Sociedade Hípica Lapeana, em virtude das atividades conflitantes com o Parque, com queimadas regulares e exploração mineral. Destacava ainda a possibilidade de coexistência com o Parque das infra-estruturas já existentes, como a torre de microondas da TELEPAR e a estátua do Cristo, além da propriedade de Frida Mayer, “*que pela sua arquitetura, poderia ser aproveitada como museu ou mesmo um centro de educação ambiental*”, recomendando no entanto a retirada da pista de corrida de cavalos (raia), das baias e de construções de particulares. Enfatizava finalmente a necessidade de um “Plano de Manejo” propor um destino adequado para a lanchonete,

restaurante e cancha de esportes existentes na área da PARANATUR, bem como com relação ao destino das oferendas na área da Gruta do Monge.

Outro documento elaborado pelo DENRE/COPAR, datado de 10 de abril de 1990, descreve em seu histórico que “o Decreto Estadual nº 14.397 declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de aproximadamente 371,60 hectares, sendo que foram efetivamente desapropriados 258,02 hectares, transferidos à administração do ITCF em 23/02/79, através do Decreto 6.351”. informa ainda, que “A TELEPAR e a PARANATUR possuem dentro da área do Parque 0,48 e 4,76 hectares respectivamente, restando uma área sob posse de Antônio Ton Filho com 9,43 hectares que foi adquirida pelo Estado do Paraná e mais 0,16 hectares adquiridos pela Lanchonete Ermitão Ltda”.

De acordo com o documento, o perímetro do Parque levantado pelo ITCF foi 362,17 ha que, deduzidas a área efetivamente administrada pelo ITCF, as áreas da PARANATUR e TELEPAR e a área de posse, restariam 89,48 hectares de áreas particulares não desapropriadas dentro do perímetro da área protegida. Destacava ainda a situação das áreas não desapropriadas de particulares, conforme descrito a seguir.

- 1) Prefeitura Municipal da Lapa: área localizada logo à entrada do Parque, onde ocorrem afloramentos rochosos, recobertos por pastagem nativa alterada por queimas periódicas;
- 2) João Gaúcho: também localizada na entrada do Parque. Área declivosa com pastagem nativa degradada pelo fogo;
- 3) Francisco Canapelle: localizada à esquerda da estrada de acesso do Parque, recoberta por vegetação herbáceo-arbustiva sujeita à queimas periódicas;
- 4) Silvio Scardazan: lote com algumas benfeitorias, sujeito ao mesmo tipo de manejo da área anterior;
- 5) Francisco Vidal: área onde se desenvolve atividade pecuária, com queima regular de pastagens no inverno;
- 6) Artur Vidal: na área desenvolve-se a atividade pecuária e alguma atividade minerária (extração de pedras) com queima da pastagem no inverno. A vegetação ocorrente é campo nativo entremeado por capões de Araucária;
- 7) Manoel Ton: área recoberta por floresta nativa em sua totalidade;
- 8) Sociedade Hípica Lapeana: a área se resume a raia de corrida de cavalos, sendo que a Sociedade utiliza-se de áreas contíguas (incluindo a do ITCF) com baias, churrasqueira e uma casa;
- 9) Espólio de Jorge Sera - trata-se de uma área loteada (ao todo são 159 lotes), alguns dos quais com moradias já construídas. A curto prazo a expansão das construções no lotes pode comprometer os mananciais da cidade da Lapa, que tem no Monge suas nascentes;

- 10) *Frida Mayer: trata-se de uma pequena área, onde cultivava-se milho e hortaliças, existindo também uma casa de madeira em estilo tradicional; e,*
- 11) *Maria da Luz Siqueira: área localizada logo abaixo da escarpa, confrontando com áreas públicas. Está totalmente recoberta por floresta nativa.*

No parecer apresentado no documento, alertava-se para a redução de espécies da fauna e flora e alterações ocasionadas pela prática de queimadas nas propriedades em análise, bem como em relação às atividades mineradoras com a extração de pedras, remoção de solo, processos erosivos e agressão à paisagem. Destacava-se ainda o interesse em manter preservadas as áreas com remanescentes florestais das propriedades não desapropriadas. Descreve igualmente as atividades desenvolvidas pela Sociedade Hípica Lapeana, “*incompatíveis em área natural protegida*”, adentrando inclusive em áreas do Estado. Finalmente, o documento destaca a existência do loteamento dentro do perímetro do Parque, “*totalmente absurdo e que poderá comprometer os mananciais de abastecimento da cidade da Lapa*”.

Em suas considerações finais, o documento destacava a necessidade de regularização das áreas do Parque, propondo a desapropriação de todas as áreas particulares existentes dentro do perímetro definido pelo ITCF para o Parque Estadual do Monge, com 362,17 ha, restando 89,48 ha de área não desapropriada ou cerca de 25% da área protegida.

Pelos registros documentais do antigo ITC-PR, o Parque Estadual do Monge estaria constituído por parcelas territoriais desapropriadas, conforme Decreto Estadual e anteriormente pertencentes a César Ribas da Silva (posteriormente adquiridas pela TELEPAR), Júlia Ribas César, Isabela Ribas César, Pedro Montenegro, Anastácio Maurer, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A., Mário Moreira Galvão, Aurélio Bortoleto, José Luiz Paloma Neto, Augusto Ganzet, Ari Martiniano Campanholo, Fernando Weinhardt, Arthur Maria Ganzet, Augusto Milko dos Santos, Alfredo Hoffmann, Sezefredo Murbach, João Carlos Linhares Ehlke, Antonio Luiz Piovezan, Rodolfo Franck, Leonildo Waleski, Miguel Bietkoski de Souza, Vitório Augusto Zappa, Ambrósio Hoffmann, João Walesko Filho, Vicente Binhara, Silvio Benedito Alberti, Antônio Ton Filho, João Ton, Natal Ton, Ernesto Lemos, João Hoffmann e Helena Hirt Sera, num total de 260,09 ha.

Em relatório elaborado pelo IAP/DIBAP, datado de 05 de outubro de 2000, destacava-se a existência de uma planta planimétrica datada de 03 de março de 1983, com uma área total de 299,48 ha, informando que as duas pequenas áreas da família Ton (pedreiras desativadas) não haviam sido transferidas ao patrimônio do IAP, bem como em relação à existência do loteamento (Vila Gruta do Monge), jamais aprovado pela Prefeitura Municipal, muito embora já existisse desde 1953, sendo no entanto cobrados os impostos e taxas dos proprietários. Destaca ainda uma pequena faixa de terra de propriedade do IAP e atualmente ocupada pela Sociedade Hípica Lapeana, bem como a existência de propriedades na área do entorno (entrada) do Parque. Na área da PARANATUR, descrevia a existência de novas construções (pequenas lojas comerciais) e a existência de uma área de 9,43 ha anteriormente pertencente a Antônio Ton Filho, adquirida pelo Estado e até o momento não regularizada.

Finalmente, de acordo com relatório elaborado pelo IAP/DIBAP em 17 de maio de 2002, considerando inicialmente o Decreto de nº 14.397 de 09 de março de 1964, onde constava uma área de “aproximadamente 371,60 ha” discriminada em planta da situação levantada à época, foi encontrada uma área corresponde a 362,17 ha, muito próxima da área estipulada no Decreto nº 14.397. O documento destaca que as propriedades do perímetro do Parque não haviam sido desapropriadas e indenizadas, restando uma área líquida de 299,48 ha, em contradição, segundo o documento, com o Decreto nº 6.351 de 01 de março de 1979, com uma área de apenas 258 ha.

Em virtude dessa discrepância documental, foi sugerida, através do documento em questão, nova medição topográfica a fim de ratificar a área líquida do Parque de 297,83 ha, medição que estaria bem próxima da área líquida da primeira medição (299,48 ha), restando portanto, apenas uma pequena diferença de 1,66 ha, provavelmente devido a erros de medições anteriores. Na ocasião da nova medição, novos marcos de concreto foram colocados, substituindo os antigos de madeira, muito embora tenha sido notada, segundo dados dos documentos em análise, a preservação das divisas do Parque pelos vizinhos.

Assim, esta área de 297,83 ha, considerada oficialmente no presente trabalho, foi resultado da soma de 04 áreas específicas, a saber:

- Área 1, com 291,24724 ha;
- Área 2, com 5,05 ha;
- Área 3, com 1,413 ha e;
- Área 4, com 0,12 ha.

No presente Plano de Manejo foram considerados, além da área medida em campo de 297,83 ha, outros 8,04 ha de domínio de terceiros, assim definidos:

- Área da Prefeitura Municipal da Lapa: localizada logo à entrada do Parque, com 4,97 ha;
- Área da Maria da Luz Siqueira: localizada logo abaixo da escarpa, com área de 2,53 ha; e,
- Área da Família Ton: pedreiras localizadas no interior do Parque, com área de 0,54 ha.

7 - CONTEXTO ESTADUAL

7.1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No Estado do Paraná existem 73 Unidades de Conservação com área total de 2.600.914,20 ha de áreas protegidas, dos quais 10 são UC's federais e 63 são estaduais. As 63 Unidades de Conservação estaduais perfazem uma área total de 977.813,20 ha distribuídos entre Áreas de Proteção Ambiental, Parques Estaduais, Florestas Estaduais, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas Biológicas, Hortos Florestais, Reservas Florestais e

Estações Ecológicas (quadro III.03). As Unidades de Conservação federais existentes no estado perfazem um total de 1.623.101,00 ha e são apresentadas a seguir no quadro III.04.

Quadro III.03 - Unidades de Conservação Estaduais no Paraná

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO*	ÁREA (ha)	MUNICÍPIO
APA do Passaúna	16.020,40	Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Curitiba
APA da Serra da Esperança	206.555,82	Guarapuava, Inácio Martins, Cruz Machado, Mallet, União da Vitória, Prudentópolis, Irati, Rio Azul, Paula Freitas, Paulo Frontin
APA de Guaratuba	199.586,51	Guaratuba, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Morretes, Paranaguá, Matinhos
APA da Escarpa Devoniana	392.363,38	Jaguariaíva, Lapa, P. Amazonas, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Sengés, Piraí do Sul, Palmeiras, Balsa Nova
APA do Rio Pequeno	6.200,00	São José dos Pinhais
APA do Piraquara	8.881,00	Piraquara
APA do Iraí	11.536,00	Piraquara, Colombo, Quatro Barras, Pinhais
SUBTOTAL ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	841.143,11	
Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi**	66.732,99	Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul
ARIE de São Domingos	163,9	Roncador
ARIE da Serra do Tigre	32,9	Mallet
ARIE do Buriti	81,52	Pato Branco
ARIE da Cabeça do Cachorro**	60,98	São Pedro do Iguaçu
SUBTOTAL ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	67.072,29	
Estação Ecológica do Caiuá	1.427,30	Diamante do Norte
Estação Ecológica do Guaraguaçu	1.152,00	Paranaguá
Estação Ecológica Ilha do Mel**	2.240,69	Paranaguá
SUBTOTAL ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	4.819,99	
Floresta Estadual Córrego da Biquinha	23,22	Tibagi
Floresta Estadual do Passa Dois	275,61	Lapa
Floresta Estadual de Santana	60,5	Paulo Frontin
Floresta Estadual Metropolitana	455,29	Piraquara
Floresta Estadual do Palmito**	530,00	Paranaguá
SUBTOTAL FLORETAS ESTADUAIS	1.344,62	
Horto Florestal Geraldo Russi	130,8	Tibagi
Horto Florestal de Jacarezinho	102,85	Jacarezinho
Horto Florestal de Mandaguari	21,53	Mandaguari
SUBTOTAL HORTOS FLORESTAIS	255,18	
Parque Estadual Rio Guarani	2.235,00	Três Barras do Paraná
Parque Estadual da Graciosa	1.189,58	Morretes
Parque Estadual Mata São Francisco**	832,58	Cornélio Procópio, Santa Mariana
Parque Estadual das Lauráceas	27.524,33	Adrianópolis, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul
Parque Estadual de Campinhos**	208,12	Cerro Azul, Tunas do Paraná
Parque Estadual de Vila Velha**	3.122,00	Ponta Grossa
Parque Estadual do Caxambu	968,00	Castro
Parque Estadual do Cerrado**	420,40	Jaguariaíva
Parque Estadual do Guartelá**	798,97	Tibagi
Parque Estadual do Monge**	297,83	Lapa

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO*	ÁREA (ha)	MUNICÍPIO
Parque Estadual do Pau-Oco	905,58	Morretes
Parque Estadual do Penhasco Verde	302,57	São Jerônimo da Serra
Parque Estadual João Paulo II**	4,63	Curitiba
Parque Estadual Mata dos Godoy**	690,17	Londrina
Parque Estadual Pico do Marumbi**	2.342,41	Morretes
Parque Estadual Roberto R. Langue	2.698,69	Antonina, Morretes
Parque Est. de V Rica do Esp. Santo**	353,86	Fênix
Parque Estadual de Palmas	180,12	Palmas
Parque Estadual do Lago Azul**	1.749,01	Campo Mourão, Luiziana
Parque Estadual do Boguaçu	6.052,00	Guaratuba
Parque Estadual das Araucárias	1.052,13	Palmas e Bituruna
Parque Est. Bosque das Araucárias	236,31	União da Vitória
Parque Estadual do Pico do Paraná	4.300,00	Campina Grande do Sul, Antonina
Parque Estadual Ilha do Mel	338,00	Ilha do Mel
Parque Estadual José Wachowicz	119,00	Araucária
Parque Estadual Serra da Baitaca	3.053,21	Piraquara, Quatro Barras
Parque Florestal de Ibicatu**	57,01	Centenário do Sul
Parque Florestal de Ibiporã**	74,06	Ibiporã
Parque Florestal Rio da Onça**	118,51	Matinhos
SUBTOTAL PARQUES ESTADUAIS	62.224,08	
Reserva Biológica São Camilo	385,34	Palotina
SUBTOTAL RESERVAS BIOLÓGICAS	385,34	
Reserva Florestal de Figueira**	100,00	Engenheiro Beltrão
Reserva Florestal de Jurema**	204,00	Amaporã
Reserva Florestal Córrego Maria Flora	48,68	Cândido de Abreu
Reserva Florestal do Pinhão	196,81	Pinhão
Reserva Florestal de Saltinho	9,10	Telêmaco Borba
Reserva Florestal Figueira e Saltinho	10,00	Engenheiro Beltrão
SUBTOTAL RESERVAS FLORESTAIS	568,59	
TOTAL	977.813,20	

*Área Sob a Responsabilidade do IAP **Unidades com Infra-Estrutura para Visitação

Quadro III.04 - Unidades de Conservação Federais no Paraná

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO*	ÁREA (ha)	MUNICÍPIO
APA de Guaraqueçaba	291.500,00	Guaraqueçaba e Antonina
APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	1.003.059,00	Querência do Norte, Porto Rico, São Pedro do Paraná, Marilena, Nova Londrina, Diamante do Norte e Mato Grosso do Sul (Mundo Novo, Eldorado, Naviraí, Itaipiraí).
ARIE do Pinheiro e Pinheirinho	109,00	Guaraqueçaba
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	13.683,00	Guaraqueçaba e Paranaguá
Floresta Nacional de Irati	3.495,00	Teixeira Soares
Floresta Nacional de Açungui	718,00	Campo Largo
Parque Nacional do Iguaçu	185.262,00	Céu Azul, Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu
Parque Nacional de Ilha Grande	78.875,00	Antonia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta e Mato Grosso do Sul (Mundo Novo, Eldorado).
Parque Nacional do Superagui	21.400,00	Guaraqueçaba
Parque Nacional Sain't Hilaire	25.000,00	Caiobá, Matinhos
TOTAL	1.623.101,00	

7.2 - ASPECTOS GEOMORFOLÓGICOS

MAACK (1968, *in* TROPMAIR, 1990) classificou o relevo paranaense em cinco grandes unidades geomorfológicas, denominado por ele como “grandes paisagens e subzonas naturais”, resultantes da alternância de épocas de estabilidade e instabilidade tectônica. As unidades geomorfológicas foram assim classificadas (figura III.03).

- Zona Litorânea: (a) orla marítima e (b) orla da serra;
- Serra do Mar;
- Primeiro Planalto, subdividido em: (a) Planalto de Curitiba; (b) Região Montanhosa do Açungui; e (c) Planalto de Maracanã;
- Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa: (a) Região Ondulada do Paleozóico e (b) Região das Mesetas Mesozóicas; e,
- Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná, com cinco subzonas: (a) Blocos Planálticos de Cambará e São Jerônimo; (b) Bloco do Planalto de Apucarana; (c) Bloco do Planalto de Campo Mourão; (d) Bloco do Planalto de Guarapuava e (e) Bloco do Planalto de Palmas.

O Parque Estadual do Monge encontra-se na Serra do Monge, no limite entre o 1º e o 2º Planaltos, apresentando porém, características fitofisionômicas e faunísticas de ambos.

7.3 - ASPECTOS GEOLÓGICOS

No Estado do Paraná, afloram, predominantemente, rochas sedimentares e vulcânicas da Bacia Sedimentar do Paraná, caracterizada por um substrato rochoso sedimentar-vulcânico de idade Siluriana-Cretácica (MILANI, *et al* 1994). A Bacia Sedimentar do Paraná é uma extensa bacia intracratônica classificada por KINGSTON *et al* (1983, *in* FRANÇA & POTTER, 1988) como do tipo *Continental Interior Fracture (IF)* em seu estágio inicial de deposição (Siluro-Permiano inferior), e como do tipo *Interior Sag (IS)* em seu estágio final de deposição (Permiano inferior - Cretácio). Está situada na parte centro-leste do continente sul-americano, cobrindo cerca de 1.600.000 km². Destes, 1.000.000 de km² localizam-se no território brasileiro (SCHNEIDER *et al.*, 1978), abrangendo parte dos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Essa Bacia é preenchida por sedimentos do Paleozóico, Mesozóico, lavas basálticas e sedimentos cenozóicos, os quais recobrem principalmente as planícies aluviais dos grandes cursos d'água existentes na Bacia.



Figura III.03 - Mapa Geomorfológico do Estado do Paraná, Segundo MAACK (1968, Adaptado por TROPMAIR, 1990)

7.4 - ASPECTOS PEDOLÓGICOS

As áreas de campos naturais estão ligadas, historicamente, à ocupação do interior do Estado do Paraná pelos colonizadores europeus. Os primeiros povoadores, advindos do litoral do estado e de São Paulo, teriam se estabelecido nos campos do primeiro Planalto vindo a formar a atual capital paranaense. O segundo e terceiro Planaltos também tiveram sua povoação ligada à ocupação de áreas de campos - os campos gerais no segundo e os campos de Palmas e Guarapuava no terceiro. Segundo o mesmo autor, os campos gerais do Paraná, onde está inserido o Parque Estadual do Monge, inicialmente, escaparam desta transformação econômica em função de três fatores principais:

- Sua colonização inicial através de extensas propriedades de posse de poucas famílias (latifúndios);
- Seus solos, de um modo geral, naturalmente rasos e pobres devido à sua origem arenítica; e,
- Sua constituição fitofisionômica de extensas superfícies campestres sem grandes áreas de florestas naturais.

Estes fatores fizeram com que a atividade pecuária perdurasse como base econômica regional até poucas décadas, quando do advento de novas tecnologias que possibilitaram melhor rentabilidade para o cultivo agrícola de solos rasos, destacando-se o sistema de plantio direto sob palha, tornando os campos gerais um dos principais celeiros agrícolas do Brasil.

A soja, o milho, o feijão, a batata, o trigo e outros cereais ocuparam as áreas onde originalmente ocorriam as estepes (campos limpos) e, mais ao norte dos campos gerais, as savanas (campos sujos). Para abastecer as indústrias de celulose e papel que se instalaram na região, também foram implantadas extensas áreas de florestamento com *Pinus* spp. e *Eucalyptus* spp., em toda a região dos campos gerais (MAZUCHOWSKI & ALVES FILHO, 1983).

Em função do avanço das atividades agro-silviculturais, acentuaram-se os impactos ambientais, principalmente no componente edáfico, fundamentados na alteração da base econômica da pecuária para a atividade agrícola mecanizada, a qual sustentou-se apenas nas áreas mais planas das propriedades, principalmente daquelas localizadas mais à Oeste dos campos gerais, em solos derivados dos folhelhos de Ponta Grossa ou do grupo Itararé. Na grande extensão dos solos originários do arenito Furnas e/ou nas áreas de relevo mais acentuado, logo surgiram problemas de erosão acentuada dos solos.

7.5 - CLIMA

O Estado do Paraná apresenta diversos microclimas com regimes térmicos e pluviométricos distintos, que podem ser observados ao longo do território, associados a variações de latitude e altitude. O Estado está situado em uma região de transição climática, passando por clima subtropical com invernos mais amenos ao norte para uma condição que se aproxima dos climas temperados ao sul, onde os invernos são mais severos.

De acordo com a Carta climática do Estado do Paraná (GODOY e CORREIA, 1976, *in* EMBRAPA/IAPAR, 1984) e com a Divisão Climática do Estado do Paraná (MAACK, 1968), ambas baseadas em Köeppen, verifica-se que o território paranaense está sob influência de três tipos climáticos, a saber:

- Cfa - é um clima mesotérmico, sem estação seca, com verões quentes e com média do mês mais quente superior a 22 °C, sendo as geadas freqüentes. É o clima predominante de todo o norte, oeste e sudoeste paranaense, em altitudes normalmente inferiores a 850-900 metros. Convém ressaltar que a zona limítrofe com o Estado de São Paulo, em certos anos verifica-se um período mais seco no inverno, caracterizando o tipo climático Cwa, que se diferencia do Cfa pelo fato de apresentar estiagem no inverno.
- Cfb - é igualmente um clima mesotérmico, úmido e superúmido, sem estação seca com verões frescos e com média do mês mais quente inferior a 22 °C. As geadas são severas e mais freqüentes em relação ao clima Cfa. Ocorre principalmente nas regiões central, sul, centro-leste, em altitudes superiores a 850-900 metros.
- Af - é um clima tropical, superúmido, sem estação seca e isento de geadas, com a temperatura média do mês mais frio nunca inferior a 18 °C. Esse tipo climático não apresenta inverno e a precipitação anual excede a evaporação anual.

7.6 - HIDROGRAFIA

O Estado do Paraná abrange duas bacias hidrográficas: do rio Paraná e do Atlântico, sendo a bacia hidrográfica do rio Paraná a mais importante, abrangendo cerca de 80% do território paranaense. Os cursos d'água sob sua influência correm em sentido oeste, muitos se aproveitando das grandes fraturas geológicas de direção geral NW-SE. Deste sistema hidrográfico fazem parte:

- Bacia Hidrográfica do rio Itararé;
- Bacia Hidrográfica dos rios das Cinzas e Laranjinha;
- Bacia Hidrográfica do rio Tibagi;
- Bacia Hidrográfica do rio Pirapó;
- Bacia Hidrográfica do rio Ivaí;
- Bacia Hidrográfica do rio Piquiri;
- Bacia Hidrográfica do rio Iguaçu; e,
- Bacia Hidrográfica do rio Paranapanema.

O Parque Estadual do Monge está inserido na bacia hidrográfica do rio Iguaçu. Por situar-se em local topograficamente elevado, o Parque dá origem a diversas nascentes e pequenos riachos, os quais drenam em direção ao rio da Estiva, um dos tributários do rio da Várzea, o qual se constitui num dos principais afluentes do rio Iguaçu.

7.7 - VEGETAÇÃO

Geograficamente, o Estado do Paraná é caracterizado por uma grande diversidade de microambientes, os quais se diferenciam pelos fatores climáticos, edáficos, geomorfológicos e altimétricos. A vegetação natural que é observada nos diferentes locais retrata, de certa forma, a interação destes fatores ambientais, podendo até mesmo ser considerada como um indicador para os mesmos. Na figura III.04 apresenta-se a inserção do Parque Estadual do Monge na fitogeografia do Estado do Paraná.

Esta situação é responsável pela grande variação dos tipos naturais de vegetação ocorrentes na região. No Estado do Paraná, segundo o sistema de classificação do IBGE, os principais tipos de vegetação são:

- Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), cobrindo a porção litorânea do Estado, desde a orla marítima até as encostas na face leste da Serra do Mar;
- Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária), ocupando a região do Planalto meridional, em altitudes acima de 500 a 600 m s.n.m. (primeiro, segundo e terceiro planaltos paranaenses);
- Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifolia), ocupando as regiões norte e oeste do Estado, em altitudes mais baixas e marcadas por um clima de caráter tropical-subtropical; e,
- Savana (Campos), localizadas sobre o Planalto Meridional, entremeadas com a Floresta Ombrófila Mista com araucária.

Segundo suas características climáticas, o Paraná apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento de vegetação do tipo floresta, o que é determinado principalmente pela uniformidade na distribuição pluviométrica no decorrer do ano (ausência de uma estação seca claramente definida).

As formações campestres naturais, como os Campos de Guarapuava, de Palmas e do segundo planalto paranaense, são vistas pela maioria dos autores (HUECK, 1966; MAACK, 1968; KLEIN & LEITE, 1990) como relíquias de um clima de caráter temperado, semi-árido até semi-úmido, com períodos acentuados de seca. A expansão das florestas sobre os campos seria uma consequência do processo denominado tropicalização do clima, ou seja, a mudança de clima mais frio e seco para o mais quente e úmido.

8 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

A Lapa, por abrigar o Parque Estadual do Monge, apresenta-se como unidade territorial de influência direta e indireta do parque, analisada no contexto municipal e na área do entorno, em sua dinâmica de influência na avaliação socioeconômica e cultural.

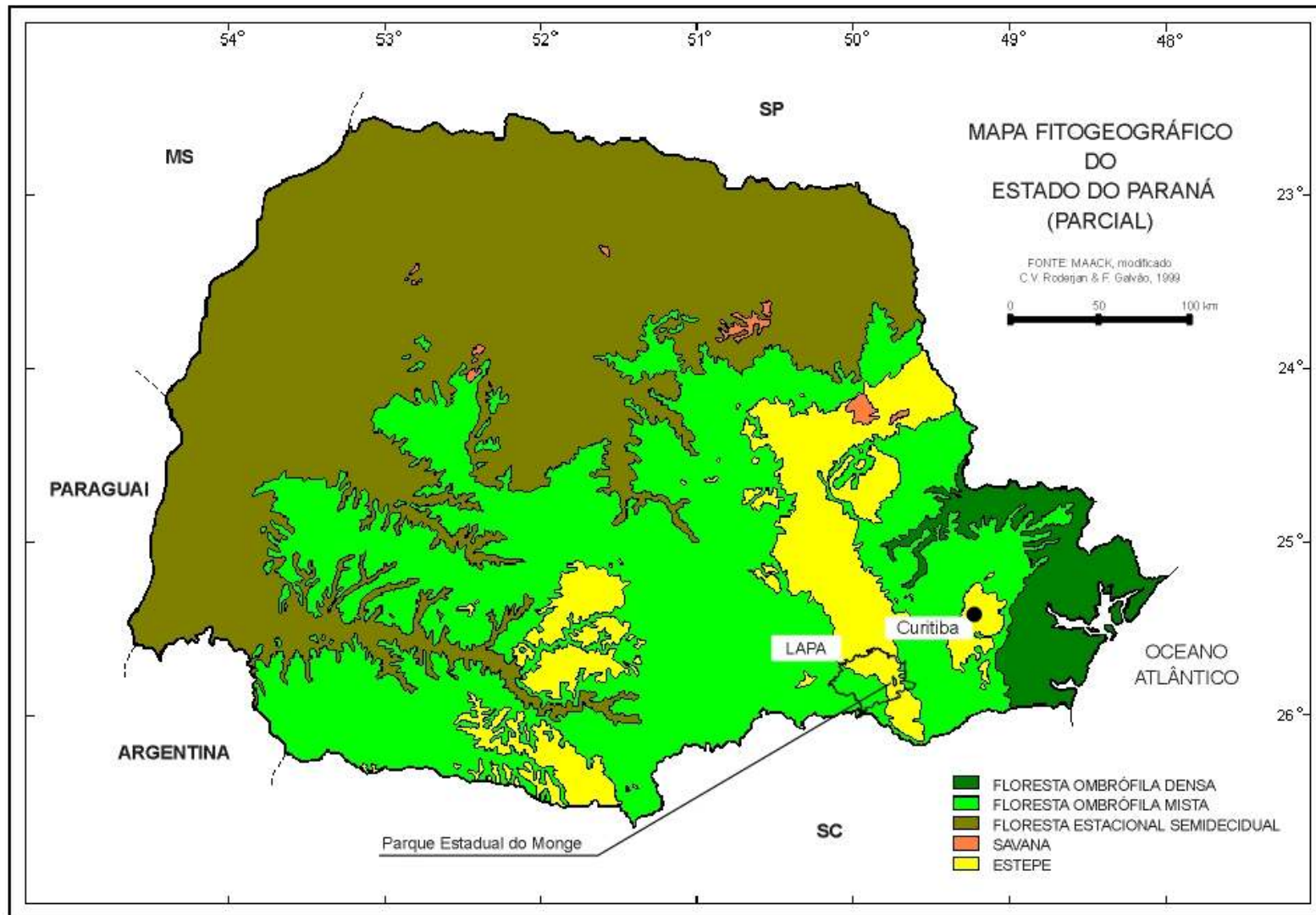


Figura III.04 - Inserção do Parque Estadual do Monge na Fitogeografia do Estado do Paraná

8.1 - LAPA

O termo “Lapa” é comumente utilizado para designar cavidades ou grutas que surgem nas encostas das rochas (grande pedra ou laje que forma um abrigo). Já com o sentido emprestado do latim, significaria “lápiss-pedra”, estando subordinado igualmente à presença de formações areníticas na Serra do Monge.

A origem histórica da Lapa está subordinada à existência do caminho das tropas, mais especificamente à existência da “Estrada da Mata”, entre os Campos Gerais e a Província de São Paulo, como um dos “pousos” dos tropeiros ao longo do percurso entre Viamão no Rio Grande do Sul e Sorocaba, em São Paulo.

Através da abertura da “Estrada do Mota”, empreendida pelo bandeirante curitibano Manoel Rodrigues da Mota, o processo de povoamento dos Campos Gerais de Curitiba e do Rio Grande do Sul ganharia novo impulso. Esta denominação seria alterada posteriormente para “Estrada da Mata”, visto que, do Rio Negro para o sul, o caminho atravessava uma região de intensa floresta de mata nativa. A abertura do caminho foi iniciada em 1730 e concluída em 1731. O trecho que recebeu a denominação de Estrada da Mata era apenas uma parte do histórico Caminho de Sorocaba-Viamão.

Ao longo da estrada foram surgindo os “pousos” ou “invernadas” dos tropeiros e comerciantes de gado com a feira de Sorocaba. Um desses “pousos” recebeu a denominação de Capão Alto. O “pouso” do Capão Alto, onde descansavam os tropeiros oriundos do rio Negro, estaria localizado nas proximidades da atual “Gruta do Monge”. Em torno do Registro (Posto Fiscal) foram se estabelecendo alguns habitantes. João Pereira Braga e sua esposa, D. Josefa Gonçalves da Silva, foram os primeiros moradores estabelecidos na localidade de Capão Alto.

Dedicando-se à agricultura, seus primeiros habitantes acabariam contribuindo para o desenvolvimento da região e para o estabelecimento de novos moradores, que em meados do século XVIII já representavam uma parcela significativa de pessoas. Neste período, já havia uma pequena capela sob a invocação de Nossa Senhora do Capão Alto, erigida pelos Padres Carmelitas do Tamanduá e que teve por primeiro vigário o padre João da Silva Reis, filho do primeiro casal que chegou à localidade. A povoação foi elevada à categoria de Freguesia no dia 13 de junho de 1787, com a denominação de Freguesia Nova de Santo Antonio da Lapa, tendo como padroeiro Santo Antônio.

Outro aspecto relevante no desenvolvimento da Freguesia e nas aspirações da população para a elevação à categoria de Vila se daria por ocasião das expedições aos sertões do Tibagi, levadas a efeito por determinação do tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, período em que haveria o estabelecimento de uma companhia de auxiliares na pequena povoação, recebendo a inspeção militar a 10 de fevereiro de 1771, sendo então providenciado “*o mais que era preciso para aumento da nova Freguesia*”. Nessa época, a povoação contava com “trezentos e tantos fogos”, com ruas alinhadas quando, em 1806, o seu comandante mandaria edificar o prédio a fim de abrigar a Câmara e Cadeia. Logo em seguida, seus habitantes, tendo a frente o capitão Francisco Teixeira Coelho, comandante das funções da

Freguesia, passariam uma procuração ao coronel José de Carvalho e ao capitão José de Andrade e Vasconcelos, com o intuito de interceder junto ao governador-geral da Capitania de São Paulo para a elevação da Freguesia à categoria de Vila, com “Justiça Ordinária e Juiz de Órfãos”.

Como procurador dos habitantes da Freguesia, o coronel José Vaz de Carvalho faria o requerimento para a elevação à categoria de vila em 26 de fevereiro de 1806, alegando, entre outras coisas, as dificuldades enfrentadas pela Freguesia devido à distância da vila de Curitiba, prejudicando os negócios forenses, destacando igualmente os limites para o distrito da nova vila, definindo-se o rio Registro (Iguaçu) com o distrito de Curitiba e, para o sertão, o rio que servia de divisa entre os distritos de Curitiba e Lages, o rio Estiva (atualmente catarinense).

Com o despacho favorável à criação da vila, seriam realizadas as eleições para juizes de paz e vereadores, exercendo então a primeira legislatura, instituindo oficialmente a povoação em 06 de junho de 1806 e denominada a partir de então de Vila Nova do Príncipe.

Em 1829 chegariam ao Paraná os primeiros imigrantes alemães, estabelecendo-se inicialmente na antiga Estrada da Mata. Os núcleos coloniais fundados pelos alemães em território do atual município da Lapa foram denominados Mariental, Johannisdorf, Wirmond e outros. De acordo com registros históricos, em 1829, à época da fundação do núcleo alemão da Estrada da Mata, alguns imigrantes se estabeleceram na Vila Nova do Príncipe, dedicando-se aos trabalhos de construção da estrada. Aos poucos esse número foi aumentando. O patriarca da família alemã da Lapa foi Eugênio Westphalen, farmacêutico, natural de Berlim, que chegara à região em 1830, contribuindo significativamente para o progresso e desenvolvimento da vila, posteriormente elevada à categoria de cidade em 07 de março de 1872, com a denominação de Lapa.

- A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A Lapa foi, em um determinado momento de sua história, cenário de um grande confronto bélico entre maragatos e as forças republicanas, acontecimento que acabaria contribuindo para a consolidação da República. Maragatos, povos oriundos da região de Maragateria, Espanha, era a denominação que os legalistas gaúchos davam aos membros do “Exército Libertador”, liderado por Gumercindo Saraiva e que eram contrários ao pensamento republicano. O conflito teve início no Rio Grande do Sul pela disputa do governo local e acabou se alastrando pelos três estados sulinos, estendendo-se até o Rio de Janeiro. A situação então vivida por Marechal Floriano Peixoto, o "Marechal de Ferro", tornou-se caótica, levando o Brasil a uma crise sem precedentes. Perseguidos pela Divisão do Norte, composta por republicanos, os maragatos deixaram o solo gaúcho para, articulados com a Marinha, formarem em Desterro (atual Florianópolis) um governo provisório. A partir daí organizaram marcha rumo ao Rio de Janeiro com o objetivo de se oporem a Floriano Peixoto, em uma ação que implicaria na invasão do Estado do Paraná. A Lapa passaria a ser o último obstáculo para as forças contrárias à República.

Em 1894, a cidade contava com aproximadamente 200 casas dispostas ao longo de 4 ou 5 ruas, que se formaram no sentido por onde passavam as tropas que, desde Viamão, seguiam às feiras de Sorocaba. Embora as condições geográficas não fossem favoráveis à resistência inimiga, no dia 17 de janeiro de 1894 uma legião de 639 homens, formada por forças regulares e de voluntários, chefiada pelo Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, enfrentaria as forças revolucionárias formadas por cerca de 3.000 combatentes, resistindo durante 26 dias.

A resistência oferecida pelos combatentes da Lapa propiciaria ao governo central de Floriano Peixoto, na época símbolo da República e da legalidade, o tempo suficiente para angariar as forças necessárias para deter as forças federalistas. Depois de ter participado da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai, a Lapa seria, em 1894, palco de um grande conflito bélico entre Maragatos e Forças Republicanas - episódio considerado o mais importante dentro de uma das mais sangrentas Revoluções latino-americanas. A “Revolução Federalista” passou para a História do Brasil como o “Cercos da Lapa”, responsável pela consolidação da República inserida nos grandes marcos da História Nacional.

- DINÂMICA DEMOGRÁFICA

De acordo com os dados apresentados na Contagem da População de 2000, do IBGE, o município da Lapa apresenta 57% de sua população concentrada no meio urbano, com uma taxa de crescimento anual de 1,11%, apresentando grau de urbanização de 19% relativamente ao período de levantamentos efetuados em 1991, com tendência a crescimento populacional. O processo de evolução da população do município da Lapa, com a mudança do perfil da população rural para urbana, a partir da década de 1980, influenciada pela dinamização das atividades econômicas desenvolvidas na sede do município, é descrito no quadro III.05.

Quadro III.05 - Evolução da População no Município por Zona (1970/2000)

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL	% URBANA	% RURAL
1970	10.493	21.629	32.122	33%	67%
1980	14.366	20.665	35.031	41%	59%
1991	19.472	20.678	40.150	48%	52%
1996	22.371	17.596	39.967	56%	44%
2000	24.070	17.768	41.838	57%	43%

Fonte: IBGE

É importante apresentar o número de habitantes por unidade domiciliar constituída no município, uma vez que esta informação permite inferir sobre a organização dos núcleos familiares. A média paranaense em 2000 foi de 3,53 habitantes por unidade domiciliar, enquanto que, na Lapa, este índice foi de 3,65 habitantes por unidade domiciliar, num total de 11.467 domicílios diagnosticados no município, 9% acima dos índices verificados em 1996.

- CONDIÇÕES DE VIDA

Em relação à infra-estrutura básica disponível de saúde, o município da Lapa dispõe:

- 2 hospitais públicos estaduais, além de 01 maternidade municipal, para atendimento da demanda urbana e rural (disponibilizando 128 leitos integrados ao SUS, numa relação de 3,06 leitos/1.000 habitantes);
- 9 mini-postos de saúde (localizados no meio rural);
- 2 centros de saúde (1 para atendimento urbano e 1 rural);
- 02 Centros Sociais Rurais;
- 01 Clínica Odontológica Municipal Urbana, com abrangência para atendimento odontológico das áreas rurais onde há mini-postos de saúde;
- 01 Central Pediátrica Municipal Urbana; 01 Centro de Apoio e Integração da Criança - CAIC Municipal Urbano;
- 01 Sistema Integrado de Saúde Municipal Urbano; e,
- 05 clínicas de saúde particulares.

O sistema de educação no município da Lapa é composto pelos seguintes estabelecimentos de ensino público:

- 04 Centros Municipais de Educação Infantil;
- 27 escolas municipais urbanas e 10 rurais para o ensino fundamental (1ª a 4ª série);
- 10 estabelecimentos estaduais para o ensino fundamental e médio, este com curso técnico; e,
- 01 instituição de ensino superior.

O sistema de tratamento de água atende aproximadamente 100% da demanda no perímetro urbano e em torno de 54% da população do município, num total de 125,85 km de rede instalada, de acordo com o cadastro operacional da SANEPAR referente a março/2002. A Estação de Tratamento de Água - ETA está localizada no Bairro Campo da Telha, onde é feita a captação junto ao rio Calixto, operando 24 h.

Quanto à rede de esgoto existente no município da Lapa, o sistema de tratamento de efluentes do esgoto doméstico abrangia 4.745 economias, sendo 4.376 residenciais, 280 comerciais, 9 industriais e 52 do poder público. Há destaque para a classe residencial, que representa aproximadamente 65% da demanda do perímetro urbano e em torno de 37% da população total, com uma rede instalada de 74 km. O município dispõe de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE instalada junto BR-476. Há, no momento, um projeto para captação dos efluentes da região do entorno do Parque Estadual do Monge em face do processo de ocupação desordenada verificado em algumas áreas próximas ao perímetro urbano e pela presença de instalações sanitárias no interior do Parque. Nas vilas rurais do

município não há sistemas de tratamento de efluentes do esgoto doméstico, sendo utilizadas fossas sépticas, sumidouros ou valas a céu aberto.

Em relação à coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (lixo), no município da Lapa há um serviço diário de coleta para atender o centro urbano e duas coletas semanais em bairros próximos. Na área rural, a coleta é realizada uma vez por semana nas comunidades de Mariental, Feixo e Colônia Johannesdorf. Há igualmente um sistema de coleta do lixo reciclável em 12 localidades do interior. Em algumas vilas rurais mais afastadas, o lixo é coletado mensalmente em pontos específicos de coleta. Onde não há o serviço de coleta, o lixo é normalmente acondicionado em valas ou ainda preparado para incineração.

Todo material coletado no perímetro urbano é depositado em um lixão existente a aproximadamente 12 km da sede. Há um projeto em desenvolvimento com a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental para implantação de um aterro sanitário junto ao lixão, através do qual seria efetivada igualmente a recuperação da área utilizada atualmente para depósito do material. O lixo hospitalar gerado no município é transportado até o aterro sanitário da Cachimba, na região metropolitana de Curitiba. O lixo industrial é de responsabilidade do produtor. A coleta de lixo reciclável só ocorre em áreas do perímetro urbano através do trabalho dos “carrinheiros” e “catadores”.

- ASPECTOS ECONÔMICOS

De acordo com os dados divulgados pelo Governo do Estado, o Paraná fechou o ano de 2001 com uma taxa de expansão do Produto Interno Bruto - PIB (valor total de produção de bens e serviços num país, em determinado período, geralmente 1 ano) de 6,7% contra 1,7% da média nacional, graças à performance do setor industrial (7,7%) e ao desempenho da agropecuária (19,5%). O maior destaque é para a produção estadual de grãos, que totalizou 24,3 milhões de toneladas na última safra, correspondendo a um aumento de 47,6% em relação ao período anterior, particularmente pela produção de soja e milho, com expansão da área plantada e dos ganhos de produtividade.

O município da Lapa possui maior representatividade econômica no setor secundário (indústria), com destaque para as indústrias metalúrgica, minerais não metálicos, mecânica, madeireira, mobiliário, produtos alimentícios, erva-mate, abatedores de aves e bovinos, compensados, serrarias, manufaturados de couro, e no setor primário (agropecuária), notadamente pela produção de grãos, frutas, produtos orgânicos e pecuária, com excelente rebanho bovino de corte e leite.

Em 2000, o município da Lapa gerou um valor adicionado de R\$ 129,3 milhões, sendo o setor primário (agropecuária) responsável por R\$ 46,4 milhões, o setor secundário (indústria) por R\$ 48,6 e o setor terciário (comércio e serviços) por R\$ 34,2 milhões

O município da Lapa destaca-se como o maior produtor de cebola orgânica e de maior área de plantio de frutas de caroço do Paraná, com a produção de pêssego, ameixa, e nectarina. Já em relação à atividade florestal, a madeira em tora e para papel e celulose

alcançou 820.000 m³ em 2000. A atividade extrativista da erva-mate alcançou uma produção de 70 t, com 450 produtores informados.

A pecuária no município analisado possui maior representatividade na bovinocultura de corte, seguida da criação de suínos e aves. Em 2001, segundo informes da EMATER/LAPA, o município contava com um rebanho de corte de 17.050 cabeças, sendo 3.700 cabeças para a bovinocultura de leite e 19.250 cabeças para a produção de bezerros e comercialização de leite. O efetivo de suínos alcançou 20.340 cabeças. A produção de aves foi igualmente significativa, com um total de 1.152.000 galináceos.

- INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em 1999, de acordo com o IPARDES, o município da Lapa contava com 85 estabelecimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 1.700 empregos diretos e responsáveis em 2000 pela arrecadação de R\$ 1.572.579,40 em ICMS (bens e serviços) e valor adicionado de R\$ 48.624.316,00, com destaque para a indústria metalúrgica, minerais não metálicos, mecânica, madeireira, mobiliário, produtos alimentícios, erva-mate, abatedores de aves e bovinos, compensados, serrarias e manufaturados de couro. Já em relação aos estabelecimentos comerciais e de serviços sujeitos ao ICMS, segundo o IPARDES, o município da Lapa possuía, em 1999, 204 estabelecimentos comerciais e 73 de serviços. Em 2000, o setor era responsável pela arrecadação de R\$ 413.262,51 em ICMS e valor adicionado de R\$ 34.271.387,00, com um total aproximado de 1.800 empregos diretos.

- FINANÇAS MUNICIPAIS

Em 2000, a receita total do município da Lapa foi de R\$ 16,4 milhões, 13% superior a 1999, com maior participação das receitas correntes (oriundas da agropecuária, de contribuições, serviços, receita patrimonial, tributária), apresentando no período um superávit fiscal (saldo positivo) de 5% da receita municipal total. O peso das despesas correntes alcançou 88% em relação à receita total do município da Lapa.

- INFRA-ESTRUTURA REGIONAL

Com relação ao sistema viário e de transporte, o município da Lapa apresenta-se razoavelmente bem servido de rodovias e estradas municipais que garantem o acesso à capital e ao restante do Estado. O Município da Lapa conta como principal rodovia de acesso a Rodovia do Xisto, BR-476, ligando Curitiba a Lapa (62 km) e Lapa a São Mateus do Sul (90 km); ao lado leste é presente a PR-427, ligando a Lapa a Porto Amazonas e, ao lado sul, a Campo do Tenente.

A área de abrangência do município apresenta, como eixos básicos, a rodovia federal BR-476 (Curitiba - São Mateus do Sul) no sentido nordeste-sudoeste e a rodovia estadual PR-427 (Campo do Tenente - Porto Amazonas) no sentido norte-sul, que faz ainda a interligação com a região Norte do Paraná. Pelo prolongamento da BR-476, alcança a BR-153 (União da Vitória - General Carneiro) no sentido nordeste-sul.

O município é influenciado igualmente pela estrada de ferro, de responsabilidade da Empresa América Latina Logística, com aproximadamente 40 km de estradas no município, com o trânsito de vagões de carga para o transporte de grãos e óleo combustível. O setor encontra-se desativado para o transporte de passageiros.

Desta configuração básica de vias primárias de tráfego, originam-se vias secundárias com papel de integração intramunicipal. São vias normalmente sem pavimentação e que ocupam função no escoamento da produção e na comunicação da sede do município com os distritos e vilas rurais.

Em 2001, o consumo de energia elétrica do município da Lapa foi de 65.715 MW (5% acima do período anterior), com destaque para a classe de consumo industrial, atingindo 49% do total em um universo de 11.473 consumidores. Quanto ao sistema público de comunicação, os serviços de telefonia são operados pela empresa TELEPAR - BrasilTelecom, sendo diagnosticado apenas o número de terminais telefônicos públicos em serviço, totalizando 75 terminais, numa relação de 1,8/1000 habitantes.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECBT mantém 1 agência de operação no município da Lapa. A cidade possui ainda 02 emissoras de radiodifusão e 03 jornais locais de circulação diária e semanal, contando ainda com os principais jornais da capital.

8.1.1 - CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

O Parque Estadual do Monge, está localizado na região geográfica natural do 2º Planalto, embora apresentando ainda características do Primeiro Planalto, com relevo ondulado a acidentado, sendo abrangida pelas rochas sedimentares permocarboníferas do Grupo Itararé, e litologicamente constituída por sedimentos com características fortemente influenciadas por glaciações.

A temperatura média da região varia de 26,5 °C nos meses mais quentes (dezembro, janeiro e fevereiro), e entre 8,9 °C. nos meses mais frios (junho e julho).

Os meses de maior pluviosidade são janeiro e fevereiro, decrescendo nos meses seguintes até os meses de julho-agosto, época em que são observados os menores índices pluviométricos na região, ocorrendo uma elevação na precipitação no mês de maio. Existe uma grande variação na precipitação anual que depende principalmente da intensidade de chuvas durante a estação chuvosa, quando há maior variabilidade das médias mensais. A sazonalidade da precipitação na região é refletida também na quantidade de dias chuvosos em cada mês do ano, bem como nas precipitações média mensais. A umidade relativa média é em torno de 82%, pelos dados observados na Estação da Lapa. Os ventos são na maior parte do ano predominantemente de direção E (leste) e nos meses de maio a agosto de direção NE (nordeste), com velocidade média de 2,7 m/s. Ocorre um aumento de velocidade dos ventos nos meses de setembro a dezembro.

De acordo com o sistema de classificação adotado pelo IBGE (VELOSO *et al.*, 1991), a região apresenta uma tipologia vegetal campestre predominante denominada Estepe

Gramíneo-lenhosa. Conforme complementa STRUMINSKI (não publicado), à parte da classificação regional do IBGE, diversas tipologias vegetais primárias e secundárias típicas do planalto meridional (Floresta Ombrófila Mista), definidas pela ação combinada de fatores ambientais, podem ser constatadas na Unidade de Conservação, a saber:

- REGIÃO DA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA

- Montana - de 400 a cerca de 1000 m s.n.m.;

- Altomontana - acima de 1000 m s.n.m.

- SISTEMA DE REFÚGIOS VEGETACIONAIS

- Altomontano herbáceo (vegetação rupestre) - em afloramentos rochosos.

- SISTEMA DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA

- Segunda e Terceira fases de sucessão (capoeirinha).

- ANTROPISMOS

STRUMINSKI (não publicado), MILANO *et al.* (1985) reportam que o Parque Estadual do Monge apresenta ainda antropismos na forma de reflorestamentos com espécies exóticas, áreas de experimentação florestal, entre outras alterações da vegetação local.

O histórico de conservação do Parque Estadual do Monge e arredores compartilha a realidade do processo de devastação da Floresta com Araucária do Paraná. Pode-se considerar que, somente no século passado, com a intensa exploração dos recursos naturais ou mesmo sua substituição por imensas áreas cultivadas, pastagens e plantações de *Pinus* e *Eucalyptus*, a capacidade de suporte para fauna, principalmente de mamíferos com ocorrência provável para a região tenha diminuído drasticamente.

A atividade humana sobre as taxas de extinção local ou mesmo extinção ecológica, isto é, com efeito intraespecífico quase imperceptível, traz não só para o Parque, mas também para toda Floresta com Araucária da região, urgência na obtenção de informações corológicas, biológicas e ecológicas sobre as espécies de fauna ainda ocorrentes nessas áreas.

Investigações pontuais e não publicadas foram efetuadas ao longo do rio Iguaçu na década de 70, nas proximidades de Curitiba, por técnicos do programa de Recursos Naturais Renováveis do Instituto Agrônomo do Paraná IAPAR. Com o advento de um acidente de grandes proporções no rio Iguaçu, atingido por um derramamento de óleo dos dutos da Refinaria Presidente Vargas em Araucária durante o ano de 2000, houve a necessidade de um estudo ornitológico solicitado pela Petrobrás. Esta pesquisa estendeu-se até a região da Lapa, englobando as várzeas deste rio e as formações florestais adjacentes e que são semelhantes às encontradas na região do Parque Estadual do Monge (SCHERER-NETO *et al.*, 2001).

A fauna de répteis da região Neotropical é reconhecida por apresentar uma das maiores riquezas específicas de todo o mundo, com uma grande complexidade de relações ecológicas entre as espécies e destas com o meio onde vivem (DUELLMANN, 1989; MARQUES, 1998).

Embora tenha havido um incremento de estudos sobre a herpetofauna brasileira nos últimos anos, poucos estudos sobre répteis foram realizados na região do Primeiro e do Segundo planaltos paranaenses, em especial para as áreas de encontro de ambos na porção sul do Estado. Os únicos trabalhos que relacionam algumas espécies de répteis para essa região são D'AMATO & MORATO (1991), que apresentam a distribuição de *Platemys* (= *Acanthochelys*) *spixii* (cágado-preto) para regiões de campos limpos do Estado, e MORATO (1995), que efetuou um estudo sobre os padrões de distribuição da fauna de serpentes da região das Florestas com Araucária e ecossistemas relacionados. Afora esses trabalhos, as únicas informações disponíveis sobre répteis da região do município da Lapa encontram-se no material depositado na coleção herpetológica do Museu de História Natural Capão da Imbuia em Curitiba (MHNCI).

As características do relevo da região do Parque Estadual do Monge determinam compartimentos ambientais diferenciados pelo tipo de vegetação e pelas atividades humanas neles desenvolvidas, que são determinantes para as características da anurofauna regional. Historicamente, pode-se considerar que, na região em que está inserido o Parque, predominaram originalmente as áreas florestadas do Primeiro Planalto paranaense e, acima da escarpa, os campos característicos do Segundo Planalto. A ocupação do Primeiro Planalto paranaense foi intensificada no início do século do século XX, modificando intensamente essa paisagem, com conseqüências marcantes para a fauna de anfíbios. Após uma fase inicial onde a exploração madeireira foi predominante na economia regional, a atividade agropecuária evoluiu aumentando a densidade da população rural. Essa atividade antrópica refletiu-se na anurofauna num aumento das espécies adaptadas para esses ambientes, que na maior parte dos casos tratam-se de generalistas com ampla distribuição geográfica.